

O CURSO NORMAL REGIONAL DE PENDÊNCIAS: diálogos sobre feminização do magistério (Rio Grande do Norte, 1889-1989)

*Rute Moura de Melo do Nascimento
Sara Raphaela Machado de Amorim*

Resumo

Este estudo objetiva investigar aspectos históricos do processo de feminização do magistério no Curso Normal Regional de Pendências – Rio Grande do Norte, entre os anos de 1889 e 1991. Buscando refletir sobre o fenômeno da inserção de mulheres em cursos de profissionalização da docência e seus efeitos ao longo dos anos em contextos sociais metropolitanos e interioranos, realizamos, inicialmente, uma contextualização histórica sobre relações de gênero e profissão docente, com destaque para a realidade do curso normal existente no município supracitado. A pesquisa circunscreve-se no campo da História da Educação a partir abordagem da História Cultural na operação com fontes documentais escolares localizadas no acervo da Escola Estadual Monsenhor Honório, instituição que abrigou o funcionamento do Curso Normal no contexto histórico analisado. Tais materiais são analisados em contraposição com a legislação oficial que dispõe sobre o Ensino Normal no cenário nacional e, também, no Rio Grande do Norte, Brasil (1946; 1971). Constituem o referencial teórico-metodológico Almeida (2014) e Vianna (2021) sobre a feminização do magistério; Silva (2013; 2018) e Nascimento et al. (2022). Almejamos, com esta proposta, contribuir para a historiografia da educação profissional norte-rio-grandense, lançando luz sobre as análises de contextos locais.

Palavras-chave: História da Educação. Historiografia norte-rio-grandense. Curso Normal Regional. Feminização do Magistério. Formação Profissional Docente.

THE REGIONAL NORMAL COURSE OF PENDÊNCIAS: dialogues on the feminization of teaching (Rio Grande do Norte, 1889-1989)

Abstract

This objective study investigates historical aspects of the process of feminization of teaching in the Regional Normal Course of Pendências – Rio Grande do Norte, between the years 1889 and 1991. Seeking reflections on the presence of the inclusion of women in professionalization courses in teaching and its effects Over the years in metropolitan and rural social contexts, we initially carried out a contextualization story about gender relations and the teaching profession, highlighting the reality of the normal course existing in the aforementioned municipality. The research is limited to the field of History of Education based on the approach of Cultural History in the operation with school documentary sources located in the collection of the Monsenhor Honório State School, an institution that hosted the Normal Course in a historical context. Such materials are analyzed in opposition to the official legislation that provides for Normal Education in the national scenario and also in Rio Grande do Norte, Brazil (1946; 1971). The theoretical-methodological framework is Almeida (2014) and Vianna (2021) on the feminization of teaching; Silva (2013) and Nascimento et al. (2022). Furthermore, with this proposal, we contribute to the historiography of professional education in Rio Grande do Norte, shedding light on analyzes of local contexts.

Keywords: History of Education. North Rio Grande do Sul historiography. Regional Normal Course. Feminization of the Teaching profession. Professional Teacher Training.

EL CURSO NORMAL REGIONAL DE PENDÊNCIAS: diálogos sobre la feminización de la enseñanza (Rio Grande do Norte, 1889-1989)

Resumen

Este estudio tiene como objetivo investigar aspectos históricos del proceso de feminización de la enseñanza en el Curso Normal Regional de Pendências - Rio Grande do Norte, entre 1889 y 1991. Buscando reflexionar sobre el fenómeno de la incorporación de las mujeres a los cursos profesionales de enseñanza y sus efectos a lo largo de los años en contextos sociales metropolitanos y del interior, realizamos inicialmente una contextualización histórica de las relaciones de género y de la profesión docente, con énfasis en la realidad del curso normal en el referido municipio. La investigación se circunscribe en el campo de la Historia de la Educación, a partir del abordaje de la Historia Cultural en la operación con fuentes documentales escolares localizadas en el acervo de la Escuela Estadual Monsenhor Honório, institución que albergó el Curso Normal en el contexto histórico analizado. Estos materiales se analizan en contraste con la legislación oficial sobre la Educación Normal en el escenario nacional y también en Rio Grande do Norte, Brasil (1946; 1971). El marco teórico-metodológico incluye a Almeida (2014) y Vianna (2021) sobre la feminización de la enseñanza; Silva (2013; 2018) y Nascimento et al. (2022). Con esta propuesta, esperamos contribuir a la historiografía de la educación profesional en el norte de Rio Grande do Sul, arrojando luz sobre los análisis de los contextos locales.

Palabras clave: Historia de la Educación. Historiografía del Norte de Rio Grande do Sul. Curso Normal Regional. Feminización del Magisterio. Formación Profesional Docente.

INTRODUÇÃO

A presença feminina em instituições de formação profissional docente tem sido tema de diversas investigações na historiografia da educação brasileira. Os estudos de autores como Nóvoa (1995), Schueller (2005) e Almeida (1998;2014), por exemplo, trata, sobre as especificidades voltadas à atuação histórica de mulheres na educação, suas possibilidades e limitações, dentro das condições impostas em cada localidade e/ou contexto histórico analisado.

Na observância de fenômenos educativos e profissionais, há relevantes aspectos que se fazem urgentes de consideração, tais como questões socioeconômicas, culturais, étnico-raciais e, também, de gênero. Nesse sentido, nos dedicamos à reflexão sobre a presença feminina no Curso Normal Regional de Pendências – Rio Grande do Norte, entre os anos de 1889 e 1991 por compreendermos que é relevante atentar para o processo de “[...] feminização do professorado, fenômeno que se toma bem visível na viragem do século e que introduz um novo dilema entre as imagens masculinas e femininas da profissão.” (Nóvoa, 1995, p. 18; grifo do autor).

Historicamente foram atribuídas às mulheres as demandas de moralização da sociedade e regeneração nacional a partir da educação da infância. Nos espaços privados de seus lares, ou mesmo nos espaços públicos e/ou institucionais, segundo Almeida (2014), era atribuído ao público feminino o potencial de redenção pela pureza e amor na destinação vocacionada do feminino para educar.

No Rio Grande do Norte, desde a primeira turma diplomada pela Escola Normal de Natal¹ em 1910, observa-se a presença feminina em maioria. Em diversos outros estudos produzidos na historiografia da educação do estado, mulheres são vistas sempre em maior número quando é investigada a educação primária. Diante de tal observação, nos dedicamos à pesquisar a realidade específica de um município situado no interior do estado visando

¹ Sobre a Escola Normal de Natal consultar a obra: NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. **A Escola Normal de Natal:** Rio Grande do Norte, 1908-1971. Natal: IFRN, 2018.

observar quais possíveis elementos pautaram a inserção de mulheres no Curso Normal ofertado na respectiva região.

Para tanto, perscrutarmos trajetórias de mulheres que cursaram e se habilitaram no magistério por meio do Curso Normal Regional, curso este, que surgiu da carência vivenciada, principalmente, nas cidades interioranas que não sediaram Escolas Normais² para a formação oficial do professorado. Nesta investida investigativa, selecionamos as turmas habilitadas com formação de magistério no período entre 1989 a 1991, no Curso Normal Regional ofertado na Escola Estadual Monsenhor Honório, na cidade de Pendências/RN. Tal recorte deu-se a partir da consulta ao no acervo documental da Escola Estadual Monsenhor Honório, instituição que abrigou o funcionamento do Curso Normal, e na qual tivemos acesso às fontes escolares referentes às turmas concluintes do ano de 1991.

A existência da proposta ora apresentada justifica-se no intento de contribuição para o campo da História da Educação, mais precisamente nos temas que constituem a escrita da historiografia da educação profissional norte-rio-grandense, lançando luz sobre as análises de contextos locais, visto que as especificidades territoriais, socioeconômicas, culturais e históricas de cada localidade exercem interferências nas possibilidades formativas de cada contexto que possa vir a ser observado. Dentre as muitas peças que compõem o vasto mosaico da educação nacional, objetivamos destacar aspectos de uma realidade específica, na interface com aspectos relacionados à realidade mais ampla na qual este recorte temático, espacial e temporal encontra-se inserido.

Relações de gênero nos espaços de formação profissional: pressupostos teóricos

Para o estabelecimento do recorte temático relacionado ao Curso Normal Regional em Pendências/RN, torna-se imprescindível a compreensão das resoluções e reformas educacionais que orientaram desde sua criação ao parâmetros de sua atuação, bem como o fato de que a profissão de professor primário, ou de primeira infância, tal qual hoje conhecemos, carrega consigo ao longo das décadas, uma forte conjectura de ser uma profissão majoritariamente destinada ao feminino.

Sobre este aspecto, Vianna (2021, p.85) afirma:

No século XX, o caráter feminino do magistério primário se intensificou a tal ponto que, no final da década de 20 e início dos anos 30, a maioria já era essencialmente feminina. O Censo Demográfico de 1920 indicava que 72,5% do professorado do ensino público primário brasileiro compunha-se de mulheres e, no total de docentes, sem distinção de graus de ensino, elas somavam 65%.

A partir de tais elementos iniciais, nos dedicamos à analisar por meio de fontes histórico-documentais como se desenvolveu esse fenômeno de feminização do magistério no Curso Normal Regional na cidade de Pendências, observando os possíveis efeitos de relação entre o feminino e educação da infância, para a composição e o funcionamento do aludido curso. Para isso, é preciso, que inicialmente, compreendamos a historicidade dos processos de feminização do magistério, pois, ainda no século XIX, as mulheres precisavam

² Escolas Normais e Cursos Normais, serviam como um espaço formativo, onde se habilitava pessoas para a função de professores, para que ocupassem as vagas ofertadas nas escolas primárias (Saviani, 2009).

ter condutas socialmente comprovadas, para ensinarem. A legislação oficial, desde a Lei de 15 de outubro de 1827³, em seu art. 12º, assevera:

As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7º (BRASIL, 1827, s/p).

Ainda sobre o período oitocentista, Schueler (2005, p. 335), ao tratar sobre o Regulamento de 1854, destaca os pré-requisitos requeridos aos mestres para obtenção da licença concedida pelo Inspetor Geral da Instrução visando o recrutamento oficial de professores e suporte legal para o exercício de suas atividades laborais:

No seu pedido de licença, o candidato deveria justificar e comprovar o atendimento aos seguintes requisitos: a) aptidão para o magistério, a qual incluía tanto o conhecimento das matérias de ensino primário ou secundário quanto a habilidade técnica, o *savoir-faire* do ensino propriamente dito; b) maioria civil, ou seja, mais de 21 anos de idade para os homens e mais de 25, para as mulheres; c) moralidade de conduta profissional e pessoal, atestada por documentos escritos de pessoas idôneas da localidade em que residiam; d) capacidade e habilitação para a função do magistério, avaliadas tanto na forma dos exames públicos escritos e orais, quanto através da comprovação de experiência prática da docência; e) nacionalidade brasileira.

Para as mulheres, ainda que maiores de 25 anos, havia outras exigências, reveladoras das relações sociais entre os sexos. No caso das moças solteiras, era necessária a apresentação de expressa autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatassem a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar a certidão do pároco.

Mesmo que elas fossem consideradas, e para além de consideradas, fossem elas cautelosamente selecionadas como educadoras, sua atuação era restrita e balizada pelos que compunham o poder governamental. Nas reflexões sobre a história da educação e as relações de gênero que historicamente a constituem, torna-se perceptível o impacto patriarcal desde a conexão entre educação feminina com a educação voltada para o espaço doméstico, para a formação do lar. Tais pontos amplamente disseminados na produção científica referente ao campo educacional, nos remetem ao diálogo com Stamatto (2009, p. 128) quando pontua que “nascia, já discriminada, a formação do professor. O programa de estudos da escola de

³ Lei de 15 de outubro de 1827 que instituiu as escolas de primeiras letras em cidades e vilas mais populosas do Império. Consultar em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html.

primeiras letras restringia o acesso de continuidade escolar às meninas, centrando sua formação nas funções do lar”.

Na transição do século XIX para o século XX, com as mudanças no cenário político e, portanto, também social, tornou-se perceptível a disseminação de escolas voltadas à primeira infância, em especial, os grupos escolares e, para atendimento dessas demandas, concomitantemente eram criados os Cursos Normais e, com o aumento das vagas para os profissionais da docência nas escolas, estabeleceu-se para as mulheres um novo campo de atuação no espaço público.

Assim, desde o século XIX, pouco a pouco os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários, e as escolas normais vão formando mais e mais mulheres. Essa característica mantém-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral (Vianna, 2021, p. 85).

O magistério, sobretudo quando voltado ao ensino da infância, passou a ser visto como uma profissão essencialmente feminina, por todas as exigências que se colocavam à essa profissão e que eram compatíveis com as atribuições sociais femininas. A profissão tornou-se desejável mesmo com suas exigências e atribuições, uma possibilidade de transição feminina do espaço privado ao público. Apresentava-se, inclusive, um novo passo para emancipação financeira, como destaca Almeida (1998, p. 28):

[...] para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão.

Salientamos que um dos motivos considerados para a presença massiva de mulheres no do magistério diz respeito ao abandono masculino em relação às salas de aula. No início do século XX, os homens deixavam tais espaços rumo à ocupação de postos mais altos, seja à frente de instituições educacionais e/ou profissionais ou, ainda, como parte integrante da administração pública por meio dos cargos de direção das pastas de educação.

A ocupação do magistério pelas mulheres deu-se efetivamente pelo aumento do número de vagas e, segundo alguns historiadores, pelo abandono dos homens desse campo profissional. A retirada dos homens em busca de outros empregos mais bem remunerados teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres, e alguns autores, aliás, arriscam a hipótese de que era desonroso e até humilhante para os homens exercer essa profissão (Almeida, 1998, p. 66).

No Rio Grande do Norte, a partir do século XX, a Escola Normal de Natal esteve diretamente relacionada com a reforma e ampliação das instituições de ensino primário, figurando como um modelo para as demais organizações destinadas à formação de professores com vistas à atuação na educação primária. Neste espaço de formação, a presença considerável do público feminino entre os estudantes evidenciou-se desde as primeiras décadas do século XX.

A primeira turma, diplomada em 1910, “[...] havia vinte professoras e sete professores. Acentuava-se a tendência para a feminização do magistério.” (Nascimento, 2018, p. 94). Para elucidar tal fato, reproduzimos duas imagens, provenientes do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (UHGRN) e compartilhadas por Silva (2013, p. 86) em sua tese de doutorado, que revelam a presença majoritária de moças nas turmas concluintes em 1922 e 1936, o que corrobora com a discussão que ora construímos a partir deste estudo.

Figura 01: Nestor dos Santos Lima e os formandos da Escola Normal de Natal (1922)



Fonte: Silva (2013).

Na imagem podemos observar a presença do Diretor da Escola Normal de Natal, Nestor dos Santos Lima, localizado ao centro e rodeado pelos formandos da turma de 1922, composta por 14 (quatorze) normalistas, dentre estes, constam 2 (dois) homens e 12 (doze) mulheres.

Na turma de formandos da Escola Normal de Natal de 1936, como é possível observar na imagem abaixo, o número de normalistas quase triplicou, quando comparado à turma diplomada em 1922. Registra-se, a partir da fotografia, a presença de 35 (trinta e cinco) normalistas, sendo 33 (trinta e três) mulheres, e apenas 2 (dois) homens.

Figura 02: formandos da Escola Normal de Natal (1936)



Fonte: Silva (2013).

Até o referido período, a formação oficial de professores primários no Rio Grande do Norte, dava-se através dos cursos oferecidos pelas Escolas Normais de Natal (1908) e de Mossoró (1922). Contudo, as escolas primárias das cidades interioranas passaram a indicar insuficiência de profissionais que atuassem em suas classes, fenômeno esse que ocorreu em todo o Brasil, fazendo-se necessário que houvesse providências que amenizassem esse déficit de formação profissional oficial. No ano de 1946, foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946)⁴ que estabelecia as condições e os critérios para a formação profissional de professores. Em seu art. 4º consta a organização de “[...] três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação” (BRASIL, 1946, s/p).

Com a reorganização do Ensino Normal a partir da década de 1940, a formação de professores e a habilitação para o magistério no Rio Grande do Norte passou a ser ministrada pela Escola Normal, pelo Curso Normal Regional e pelo Instituto de Educação (Silva, 2013). De acordo com Araújo (2015, p. 269), no governo de Dinarte de Medeiros Mariz e José Augusto Varela (1956-1961):

foi empreendida uma reforma educacional ordenada pela Lei nº 2.171, de 6 de dezembro de 1957, preconizando organizar e fixar as bases da Educação Primária e da Formação do Magistério no Estado do Rio Grande do Norte.

Posteriormente, em meio ao regime da Ditadura Militar, em 11 de agosto de 1971 foi estabelecida a Lei 5.6923 que, ao fixar as diretrizes e bases para os níveis de 1º e 2º graus⁵, destacava em seu art. 1º o objetivo principal de “[...] proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.” (Brasil, 1971, s/p). Com tal iniciativa, o 1º grau modificou-se para 8 anos letivos de duração, e o 2º grau reformou-se, principalmente, no sentido de que seu maior objetivo, seria agora, a profissionalização dos estudantes.

Conforme o 2º parágrafo do Art. 4º, era facultada aos estados a decisão sobre quais cursos profissionalizantes seriam ofertados no 2º grau e nas diversas instituições de ensino. (BRASIL, 1971). Sobre este aspecto:

O Curso Normal Regional no Rio Grande do Norte foi implantado nos municípios do interior do estado por meio da ação das Escolas Normais de Natal e de Mossoró, quando estabeleceu-se a compreensão da deficiência sistêmica causada pela ausência de espaços de formação de magistrados nesses interiores, onde não havia possibilidade de implantação de Escolas Normais. (Nascimento, et al., 2022, p. 2)

É válido ressaltar que no período de redemocratização nacional, o governo de José Sarney (1985-1990) lançou, dentre as linhas prioritárias, uma ação intitulada “Educação para

⁴ Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530. Acesso em: 19 jun. 2023.

⁵ BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

todos – caminho para a mudança”⁶, descrita como uma das estratégias governamentais para efetivar a garantia do direito à educação, formação do indivíduo e exercício pleno da cidadania. Nesse contexto situa-se o recorte temporal desta proposta investigativa, precisamente entre os anos de 1889 e 1991, no curso da formação e diplomação das turmas de magistério do Curso Normal Regional de Pendências.

Fazeres historiográficos e aspectos metodológicos

Para alcance do objetivo central proposto, esta pesquisa qualitativa desenvolve-se por meio de investigações bibliográfica e documental. Situa-se no entrecruzamento dos campos da Nova História Cultural e da História da Educação, especialmente no que concerne à história da educação do Rio Grande do Norte e formação profissional de professores. No interior deste fazer historiográfico, elencamos como fontes primárias os documentos provenientes do arquivo da Escola Estadual Monsenhor Honório, onde

Tais registros históricos são convertidos em possibilidades de pesquisa para os historiadores da educação, possibilitando acesso a informações e dados sobre instituições escolares e suas atuações nas mais distintas localidades (Nascimento, et. al., 2022, p. 2).

No trabalho com as especificidades dos arquivos escolares, dialogamos com as ideias de Mogarro (2006) que nos esclarece a importância da atenção às fontes produzidas pelas próprias instituições, tais como documentos, textos, normas, dentre muitos outros, gerados pelos sujeitos que compõem o corpo profissional escolar. Além das fontes oriundas do arquivo escolar, são utilizadas legislações educacionais do período sobre o qual é estabelecido o estudo, dentre as quais destacamos (Brasil 1946; 1971; 1985).

Como aporte para os estudos acerca da história do Ensino Normal no Brasil e no Rio Grande do Norte, bem como as discussões especificamente sobre o Curso Normal Regional, nos respaldamos das produções de Silva (2013; 2018), Nascimento et al. (2022), Araújo (2015) e Saviani (2009).

Para realização desta pesquisa, fez-se necessária uma pesquisa *in loco*, ou seja, através da qual nos deslocamos à instituição investigada na busca por fontes históricas que nos oferecessem subsídio para o desenvolvimento de reflexões e análises acerca do objeto estudado. Para leitura, mapeamento e digitalização do material encontrado foram precisas três idas à Escola Estadual Monsenhor Honório.

Gonsalves (2001) salienta que o contato com fontes documentais nos permite o estabelecimento de diálogos com a época investigada e com a construção dos processos formativos derivados de determinados espaços. Assim,

o trabalho do historiador faz-se na construção de um olhar questionador e que problematiza dados e informações presentes nos referidos documentos com o contexto histórico nos quais são produzidos. As fontes históricas fazem parte do

⁶ Sobre este assunto consultar: BRASIL. Ministério da Educação. Realizações do Ministério da Educação, período 85/90, governo José Sarney. Janeiro, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf. Acesso em 21 de junho de 2023.

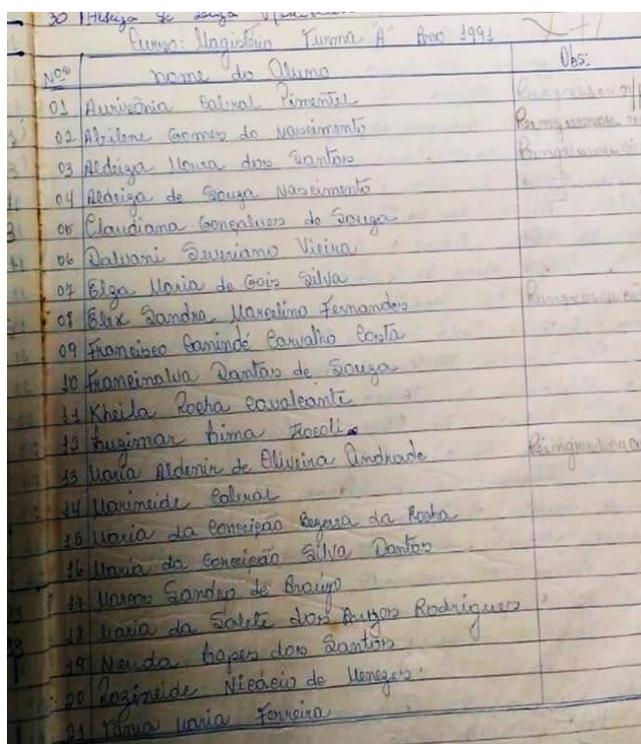
centro da operação historiográfica, nos concedendo aproximação com o passado que desejamos conhecer (Nascimento, et al., 2022).

No acervo da instituição não tivemos acesso a um grande volume documental referente ao período que buscávamos, o que nos fez refletir que, face à quantidade de documentos encontrados, outros tantos podem não ter resistido às questões do tempo e de conservação necessárias à preservação de tais materiais. As fontes históricas, de acordo com Barros (2020, p. 08; grifos do autor), têm um lugar de produção e pertinência de tal relação encontra-se no fato de que:

Avaliar o “lugar de produção” da fonte histórica é o primeiro passo de uma metodologia que já está bem consolidada entre os historiadores. De fato, um dos primeiros atributos que exigimos de um bom historiador é a capacidade de olhar para um texto (uma imagem, um objeto) e enxergar nele a sociedade que o produziu, a humanidade que passou e passa por ele de maneira muito singular, os processos que o moldaram e constituíram no tempo, as ideias e ações que o atravessam de muitas maneiras deixando suas marcas ou inscrevendo-se como possibilidades de reapropriações futuras.

Para produzir a história que a partir desta pesquisa é construída, trabalhamos com o livro de atas referente ao período investigado. Neste livro encontramos listas que apresentam os nomes dos concluintes no ano de 1991, o que tornou possível averiguarmos que, o curso de formação do magistério ofertado entre 1989 a 1991, recebeu uma boa demanda de alunos, com um número superior a 50 estudantes, sendo necessário organizá-los em turmas “A” e “B”, nos turnos vespertino e noturno.

Figura 03: Lista dos concluintes da turma “A” do Magistério (1991)



Nº	Nome do Aluno	Obs.
01	Aurimônia Salval Pimentel	
02	Arlene Gomes do Nascimento	
03	Ardilza Maria dos Santos	
04	Ardilza de Souza Nascimento	
05	Claudiana Gonçalves de Souza	
06	Dalvani Benício Vieira	
07	Elza Maria de Góis Silva	
08	Eliz Sandra Marcelino Fernandes	
09	Francisco Fomido Carvalho Costa	
10	Francimélia Santos de Souza	
11	Keila Rocha Cavaleante	
12	Luzimar Lima Assedi	
13	Maria Aldemir de Oliveira Andrade	
14	Marinete Salval	
15	Maria da Conceição Souza da Rocha	
16	Maria da Conceição Silva Santos	
17	Mário Sando de Araújo	
18	Maria da Saúde dos Anjos Rodrigues	
19	Nanda Lopes dos Santos	
20	Rozineide Nogueira de Moraes	
21	Tânia Maria Foneira	

Fonte: acervo da Escola Estadual Monsenhor Honório, na cidade de Pendências/RN.

Figura 04: Lista dos concluintes da turma “B” do Magistério (1991)

Nº	nome do Aluno	Obs:
01	Alzany Martins de Oliveira	
02	Carissa Cleide de Macedo	
03	Aristone Maciel da Silva	
04	Elizabeth Gonçalves de Souza	
05	Elizâmara de Medeiros Rodrigues	
06	Elisone Ramos de Melo	
07	Evivanir Rocha de Medeiros	
08	Edmundo Soares da Silva	
09	Francisca das Chagas Vieira Barbosa	
10	Francisca Fernandes da Silva	
11	Francisco George Andrade da Silveira	
12	Francisca Gomes	
13	Francisca Geralda Santos	
14	Francisco Hélio Dantas	
15	José Juan da Fomêca	
16	Jaqueline Lima da Silva	
17	Luiza Maria Rodrigues da Silva	
18	Maria Antônia dos S. Almeida Silva	
19	Marilene Bonifacio da Silva	
20	Maria da Conceição Silva de França	
21	Maria da Conceição Ferreira de Souza	
22	Maria da Conceição da Silva Pimentel	
23	Maria Goretti Jacinto Félix	
24	Maria Karolyna Soares da Silva	

Fonte: Acervo da Escola Estadual Monsenhor Honório, na cidade de Pendências/RN.

No trato com as respectivas fontes, foi possível identificar que da turma vespertina, concluíram o Curso Normal para habilitação no magistério, 21 (vinte e um) alunos – sendo eles 2 (dois) homens e 19 (dezenove) mulheres. Sobre a turma noturna, registrou-se a conclusão de 29 (vinte e nove) estudantes, destes, sendo 4 (quatro) homens e 25 (vinte e cinco) mulheres.

O contato com as fontes de pesquisa nos proporciona, como assinalam Galvão e Lopes (2010, p. 11; grifo das autoras) “uma experiência semelhante àquela que obtemos quando viajamos para um lugar que ainda não conhecemos. Nos dois casos, deparamos com ‘o outro’, algo distante de nós no tempo e no espaço”. No trabalho com as fontes de pesquisa, são estabelecidos (des)encontros que nos fazem refletir sobre nós mesmos, sobre as questões do nosso tempo, sobretudo quando as observamos em perspectiva histórica.

Através dessas imagens podemos perceber que a composição de estudantes é majoritariamente do gênero feminino para habilitação no curso de magistério. Unificando o número de estudantes concluintes de cada turma de 1991, e calculando o percentual total, chegamos à conclusão que 88% dos estudantes habilitados pertencia ao público feminino e apenas 12% ao público masculino.

No referido contexto histórico existiam três possíveis possibilidades formativas na Escola Estadual Monsenhor Honório, os estudantes poderiam optar entre o Ensino Médio Científico, correspondente à forma convencional de ensino médio, cursado durante o período de três anos, com a grade curricular de disciplinas comuns sem acréscimo de disciplinas profissionalizantes, ou, poderiam, ainda, matricular-se em uma das opções na perspectiva profissionalizante: no Curso Normal Regional com a habilitação para o exercício magistério ou no curso técnico em contabilidade.

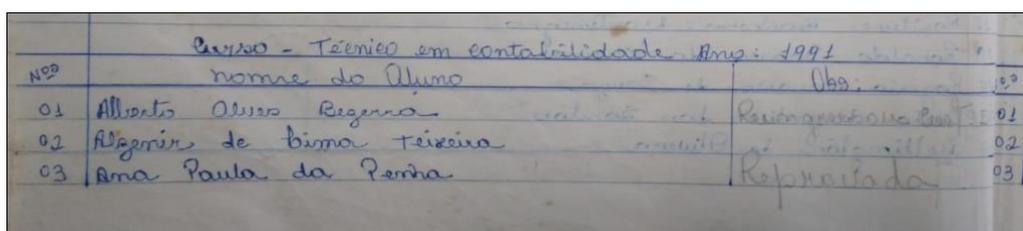
No caso da habilitação para o magistério, o currículo do curso desenvolvia-se em dois momentos: no 1º ano cursava-se disciplinas em comum para todos os estudantes do Ensino Médio e, a partir do 2º ano, eram acrescentadas à grade curricular do curso, as disciplinas específicas para a habilitação no magistério.

Sobre o período em questão, Saviani (2009, p. 147) assinala que:

[...] aprovada em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau.

De posse destas informações, retornamos ao arquivo da Escola Estadual Monsenhor Honório para aprofundar a nossa investigação. Dessa vez, buscamos dados relacionados ao outro curso profissionalizante de Técnico em Contabilidade, ofertado na mesma época na referida escola. As figuras 05 e 06 a seguir apresentam os dados referentes aos estudantes concluintes:

Figura 05: Lista de concluintes do curso de Técnico em Contabilidade (1991)



Nº	nome do Aluno	Obs.
01	Alberto Alves Regina	Reprova
02	Algoris de Lima Teixeira	
03	Ana Paula da Penha	Reprova

Fonte: Acervo da Escola Estadual Monsenhor Honório, na cidade de Pendências/RN.

Figura 06: continuação da lista de concluintes do curso de Técnico em Contabilidade (1991)

	nome do aluno	Obs.
04	Francisco Alberto Rodrigues Barbosa	
05	Franciliceia da Costa Raposo	
06	Francisca búcia da Silva	
07	Francisca dos Graças R. do nascimento	
08	Flandivan Martins Palma	
09	Francisco Rômulo da Silva	
10	Francisca Selma Santos da Silva	
11	Gerson Ribeiro	
12	Harmones Silveira Bezerra	
13	Humilde Ferreira Tavares	
14	Jana Ribeiro da Silva	
15	Janilson Nerezes da Cruz	
16	José Roberto da Silva	
17	Oséiano de Macedo Borges	
18	Maria Auxiliadora do nascimento Martins	
19	Marilda Barbosa Peixoto	
20	Maria Dalva Gonçalves de S. Bezerra	
21	Maria Helena Gonçalves de Melo	
22	Maria Helena Teixeira de Medeiros	
23	Margarith nascimento da Silveira	
24	Martelúcia Soares Antunes	
25	Paulo José Gonçalves de Melo	
26	Roberto Freire Cruz	
27	Vanângela Lemos de Souza	

Fonte: Acervo da Escola Estadual Monsenhor Honório, na cidade de Pendências/RN.

Torna-se perceptível que, que embora a turma contenha 27 (vinte e sete) alunos, sendo sua maioria composta por mulheres, totalizando o número de 16 (dezesseis) concluintes, há uma presença masculina considerável, retratada a partir do número de 11 (onze) homens que finalizavam o referido curso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da pesquisa realizada consideramos a pertinência da reflexão acerca das disposições sociais que incidem sobre os gêneros. Assim como nas turmas formadas pelas Escolas Normais ainda nas primeiras décadas do século XX, as turmas do Curso Normal Regional da cidade de Pendências, diplomadas no final do mesmo século, seguiram o mesmo padrão de maioria feminina nos cursos destinados ao exercício da docência primária. Tal constatação nos remete às urgentes discussões sobre a ocupação de espaços socialmente

legitimados enquanto femininos, sobretudo quando tal legitimação deriva da associação dos cuidados profissionais para com a infância ao maternar.

Vianna (2021, p. 103), alerta para as tensões que permeiam a vida pessoal e profissional de professoras e professores no que se refere aos paradigmas que a sociedade estabelece por feminino e masculino, nesta discussão a autora afirma:

Nesse processo, eles se colocam em constante tensão com as alternativas convencionais reservadas a homens e mulheres. São homens sobrecarregados pela função de provedores, mulheres sobrecarregadas pelas atribuições maternas, mulheres que questionam a trajetória convencional feminina no casamento, homens que incorporam amiúde o cuidado dos filhos em suas relações familiares. Mais ainda: essa tensão também aparece nos significados masculinos e femininos relacionados ao magistério. Esses significados da biografia pessoal organizam a identidade docente de modo contraditório e indireto ao indicar sinais de reprodução, mas também de ruptura com modelos tradicionais e apontar desafios e tensões vividas por professores e professoras.

Com esta reflexão, torna-se impreterível destacar que o processo de feminização do magistério resulta de uma série de fatores históricos, culturais, socioeconômicos e de gênero, versando sobre narrativas e disputas históricas em torno da formação e atuação profissional de homens e mulheres na educação nacional. Reiteramos a escrita de Almeida (2014), quando questiona sobre a atuação feminina na docência enquanto “missão, vocação ou destino”. A depender das origens e respectivas realidades socioeconômicas, culturais e/ou de gênero, as escolhas encontram-se previamente determinadas, as opções são restritas tendo em vista as condições de acesso e permanência em determinados cursos de formação.

Dentre os outros fatores supracitados, na relação entre o exercício da docência nos anos primários ao paradigma da vocação maternal atribuída às mulheres, emerge o fenômeno da feminização do magistério, que impactou significativamente os cursos de formação profissional docente, como pudemos averiguar nas listas de concluintes das turmas do Curso Normal Regional em Pendências, Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebemos que ao longo dos séculos os cursos de formação profissional no magistério constituíram-se, paradoxalmente, tanto como espaços de fomento à presença feminina, para além da ocupação doméstica dos lares, mas, também, de certo modo, corroboraram para o reforço das relações de poder que geram desigualdades sociais entre os gêneros.

Diante do exposto, consideramos que é relevante para a escrita da historiografia da educação nacional, o desenvolvimento de estudos em contextos locais investigando como se deram historicamente as construções dos perfis profissionais docentes em determinadas localidades, visto que, mesmo com o passar dos anos e as conquistas de direitos por parte das mulheres, o fenômeno da feminização do magistério não está localizado nas primeiras décadas do século XX. Sob diferentes contornos, ele segue compondo os cenários dos cursos de licenciatura em Pedagogia, em instituições públicas ou privadas do ensino superior, com a maioria das salas de aulas ocupadas por mulheres, sobretudo advindas de classes sociais menos abastadas financeiramente.

Esse paradigma também se desdobra pelos diversos contextos socioculturais, sendo possível averiguar que seus efeitos não estão circunscritos às primeiras décadas do século XX, nem estiveram restritos às metrópoles, mas, sobretudo, orientaram a formação profissional nas últimas décadas do século XX, em contextos locais interioranos, como é o caso do município de Pendências, interior do Rio Grande do Norte, ora abordado nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação ou destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 55-100.

ARAÚJO, Marta Maria de. Regulamento do Ensino Primário e Normal do Estado do Rio Grande do Norte. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 52, n. 38, p. 269-283, maio/ago. 2015.

BARROS, José D'Assunção. *A Fonte Histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BRASIL. *Educação para todos*. Brasília/DF: Ministério da Educação, 1985.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-norma-pl.html. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF: Senado Federal, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. *Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Normal. Brasília/DF: Casa Civil, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território Plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Editora Ática, 2010.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. Campinas/SP: Editora Alínea, 2001.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*. N° 1 set./dez. 2006. p. 71-84. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/40>. Acesso em 14 ago 2023.

NASCIMENTO, Rute Moura de Melo, et. al. O Curso Normal Regional e suas implicações no cenário profissional de Pendências/RN (1980-1991). In: *Acervos e fontes para a História da Educação Profissional: do analógico ao digital: anais do 2º Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional [recurso eletrônico]*, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, Setembro 27-29, 2022 / editado por IFRN/PPGEP. – Natal: IFRN, 2022.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 143- 155, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SCHUELER, Alessandra Frota. *De mestres-escolas* a professores públicos*: histórias de formação de professores na Corte Imperial. *Educação*. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 333 – 351, Maio/Ago. 2005.

SILVA, Francinaide de Lima. *A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)*. Tese (Doutorado em Educação). Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14436/1/EscolaNormalNatal_Silva_2013.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Uma escola para as prendas: a escola de primeiras letras no Império brasileiro. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro (org.) *Múltiplas Visões: cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

VIANNA, Claudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17, n. 18, p. 81-103, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2023.— Livro de dois autores:

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Nome do autor: Rute Moura de Melo do Nascimento

Afiliação institucional: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

E-mail: rutemelo@alu.uern.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2237-4516>,

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1302640019241234>.

Nome segundo autor: Sara Raphaela Machado de Amorim

Afiliação institucional: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

E-mail: saraamorim@uern.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2845-674X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398674052996842>.